

Presidencialismo de coalizão: Reforma-lo ou não?

Ricardo Palácio¹

1. Estudante Ciências Sociais da Universidade Federal de São Carlos - UFSCAR; *rcdo.pal@gmail.com

Palavras Chave: Presidencialismo, coalizão, congresso.

Introdução

O presidencialismo de coalizão hoje no Brasil divide a opinião de estudiosos do assunto, alguns o veem com a origem de todo o mal institucional possível e imaginável, em contra partida seus defensores afirmam que o presidencialismo de coalizão é a única forma de se ter estabilidade governamental.

O objetivo deste trabalho é, antes de responder a questão pretenciosa colocada em seu título, demonstrar a conjuntura, definição e dinâmica, a dinâmica da estabilidade e as instabilidades das incertezas, trazendo luz a um assunto que hoje tem relevância e impacto nas vidas de todos os brasileiros.

Resultados e Discussão

Este trabalho é dividido em três partes para facilitar a definição de como opera o presidencialismo de coalizão nos dias atuais no Brasil.

Na primeira parte, a conjuntura, definição e a dinâmica do presidencialismo de coalizão, definirei as diferenças do sistema parlamentarista que em síntese, tem como diferencial primordial a fraqueza e dependência do Executivo no parlamentarismo e no presidencialismo sua força e independente, sendo assim, no sistema parlamentarista o Executivo deve ter maioria no congresso, pois sem esta é obrigatório convocar novas eleições, que são feitas para produzir uma nova maioria e assim garante a governabilidade, esse sistema é muito depende do "sucesso" das políticas governamentais, quando a sociedade está razoavelmente satisfeita com o governo o congresso tende a apoiar o Executivo, formando, assim sistemas de governo majoritários, assim como a definição do que pode ser entendido como presidencialismo de coalizão, que se define pela possibilidade de coligações para eleições proporcionais fazendo com que pequenos partidos consigam cadeiras. Em suma, tudo desemboca em cenário de fragmentações na qual o esforço o caminho tende quase que inevitavelmente a grandes, heterogêneas e conflituosas coalizões, este tipo de arranjo institucional nos permite observar a dinâmica incomum que o presidencialismo de coalizão apresenta.

A segunda parte observa a dinâmica da estabilidade, para isso utilizarei a definição criada por Limongi onde para conseguir apoio o executivo distribui benefícios em troca de apoio político, porem o autor destaca que isso em nada diverge do parlamentarismo, tomado sempre como modelo de estabilidade. Ou seja, se distribuí ministérios e se obtém apoio no parlamento, além de outros benefícios como emendas no orçamento etc. Esse escambo revela, contudo o elevado poder de organização que os partidos detêm para controlar seus deputados, pois a troca se dá entre governo e partidos. Isso segundo Limongi é explicado por características da forma desorganização do próprio parlamento, que distribui recursos, normalmente

escassos, por partidos. Muitas vezes as negociações são feitas entre líderes dos partidos, que representam sua bancada e possuem atribuições centrais, como administrar e repassar esses recursos, garantindo a coordenação da bancada e negociando nas votações. Algumas delas apenas adquirem caráter simbólico, sendo esta dinâmica a responsável pela estabilidade observada no sistema presidencialista brasileiro.

Na terceira e ultima parte irei apontar as instabilidade e incertezas observadas por Lucio R. Rennó que afirma que o Legislativo, pelo seu caráter personalista e descentralizador graças a influencias do sistema eleitoral, enfatiza a importância da política clientelista e local e não nacionalista, sendo assim a troca de apoio entre o Executivo e o Legislativo é prejudicial a democracia brasileira, pois essas trocas favorecem a continuidade de práticas como o clientelismo, fisiologismo e patrimonialismo que podem ser vistos em ultimo caso como o grande motor de *start* da corrupção.

Em suma Rennó acredita que os problemas observados no Brasil presidencial de coalizão são de duas ordens, o primeiro é que formação de maiorias no Brasil é difícil e o fato de o apoio político se dar na forma de troca, de recursos econômicos, por emendas orçamentárias e por cargos no Executivo são nocivos, pois estimulam praticas como o clientelismo, patronagem, nepotismo e a corrupção de forma geral, chegando a incorporar certas distorções causadas pelo sistema no sistema legal do país,

Conclusões

Não cabe a este humilde trabalho responder de forma enfática a questão que seu pretencioso título aponta se não há um consenso entre grandes autores sobre tão complexo tema, tem como objetivo a iluminação da ciência política e o enriquecimento do debate a cerca de tao importante aspecto do nosso sistema político institucional. Desta forma a pergunta do titulo persiste e há de persistir até o momento em que o presidencialismo de coalizão seja plenamente entendido, o que só pode ser feito através da problematização e comparação dos sistemas e instituições tanto do Brasil quanto de seus vizinhos da América Latina.

Agradecimentos

Agradeço a minha eterna companheira Luciana Moretti que incentivou a ideia desse trabalho e aguentou as intermináveis discussões, e ao meu grande amigo Luis Locatelli pelo apoio.

LIMONGI, Fernando. *Presidencialismo, coalizão partidária e processo decisório*. São Paulo: Novos Estudos/CEBRAP, nº 76, 2006

RENNÓ, Lucio.R. Criticas ao presidencialismo de coalizão, In: Reforma política no Brasil, Minas Gerais, Editora: UFMG, 2007.

PANEBIANCO, Angelo, El Precio de La libertad, Buenos Aires, Editora: Losada, 1999